

## “ECCE HOMO” DE NIETZSCHE – UMA PÁGINA DA HISTÓRIA DA LEITURA

Hélio Sochodolak

**Resumo:** Nos textos de Nietzsche (1844-1990), quer os publicados pelo autor ou não, há inúmeras referências ao ato de ler e escrever. De forma que eles constituem importante referência para uma história da leitura, ou até mesmo para uma história da produção e da recepção dos textos. Tomando como ponto de partida as questões sistematicamente discutidas na tese: *O jovem Nietzsche e a leitura* (2005). Nosso alvo aqui são alguns dos significados da leitura em um texto autobiográfico de Nietzsche do final do século XIX.

**Palavras-chave:** história da leitura, século XIX, trágico.

### "Ecce Homo" de Nietzsche – una página de la historia de la lectura

**Resumen:** En los textos de Nietzsche (1844-1990), tanto los publicados por el autor o no, hay innumerables referencias al acto de leer y escribir. De modo que ellos constituyen una referencia importante para una historia de la lectura, o incluso para una historia de la producción y la recepción de los textos. Tomando como punto de partida las cuestiones sistemáticamente discutidas en la tesis: *El joven Nietzsche y la lectura* (2005), nuestro objetivo aquí son algunos de los significados de la lectura en un texto autobiográfico de Nietzsche de finales del siglo XIX.

**Palabras clave:** historia de la lectura, siglo XIX, trágico.

### "Ecce Homo" of Nietzsche – a page of the history of reading

**Abstract:** In the texts of Nietzsche (1844-1990), or those published by the author or not, there are numerous references to the act of reading and writing. So they are an important reference for a history of reading, or even for a history of the production and reception of texts. Taking as a starting point the issues systematically discussed in the thesis: *The Young Nietzsche and Reading* (2005), our aim here are some of the meanings of reading in an autobiographical text of Nietzsche of the late nineteenth century.

**Keywords:** history of reading, 19th century, tragic.

“Quem acreditou haver compreendido algo de mim,  
havia me feito como algo à sua imagem,  
não raro o oposto de mim,  
um idealista”  
Nietzsche (Ecce Homo)

#### Ecce Homo

“Ecce Homo – como se vem a ser o que se é”, foi escrito em 1888, um pouco antes de um colapso mental que deixaria o autor sem produzir na década final de sua vida. O livro foi publicado postumamente, apenas em 1908. É uma obra combativa e ácida que não poupa a cultura alemã, a modernidade, a moral cristã, a cientificidade e a historiografia. Nela, Nietzsche se reconhece como pensador trágico, anti-pessimista e afirmador da vida. Que significados atribuiu para a leitura? Como significou seu próprio ato de ler? Que leitor desejou para seus textos? (Cf. SOCHODOLAK, 2005).

Até seu colapso mental de 1890, os textos de Nietzsche não fizeram sucesso. Ele era pouco lido e pagava suas publicações com a pensão que recebia da Universidade da Basileia. Vivía nômade procurando melhores ares para restabelecer sua saúde e sua visão. A propósito da publicação de “Ecce Homo” Freud disse, em conferência, que evitava os livros de Nietzsche para não ser influenciado pelo vigor de suas ideias. Pretendia “conservar sua independência” (SOUZA, 1995, p. 133). Para muitos intérpretes e biógrafos, o livro precisa ser lido com cuidado. Janz (1985) advoga que “Ecce Homo” seria um livro pós-filosófico, de caráter pessoal e confessional. A maioria afirma que já era a loucura quem

estava falando. O argumento é de que seria um prelúdio do colapso mental onde fantasia e realidade se confundiriam. Prefiro outra chave de leitura.

"Ecce Homo" é um livro irônico e trágico. "Eis o homem" é o que Pilatos disse sobre Jesus ao entregá-lo para crucificação. Ora, o cristianismo é um dos fios de Ariadne para seguir na obra de Nietzsche. Sobre os valores cristãos Nietzsche se voltou em muitos dos seus livros, eles foram objeto do método genealógico que elaborou.

Igualmente, ao evocar outras identidades, seja Cristo ou Dionísio, ao fazer uso da linguagem de forma livre, muitas vezes exagerada, veja-se os títulos dos capítulos "Porque sou tão sábio", "Porque sou tão sagaz", "Porque escrevo livros tão bons", "Porque sou um destino", Nietzsche fez jus à uma máxima dionisíaca, a da desindividuação, a da embriaguês onde reina o pouco caso com o ser e o sujeito racional. Afinal, o que espera o herói trágico é a morte, o não-ser. Assim, a crítica à filosofia do sujeito é outra chave importante dos livros de Nietzsche. Certa ocasião ele chegou mesmo a parafrasear o *cogito* cartesiano: "*vivo ergo cogito*". Queria afirmar a vida sobre a razão e seu corolário: o conhecimento científico, tal como era cultivado no século XIX. Discutiremos preliminarmente alguns aspectos que julgamos pertinentes para os que pesquisam autores e biografias, tal como nossa proposta nesse artigo e em nossa pesquisa anterior já citada (2005).

### **O autor e a biografia no contexto da crise da filosofia do sujeito**

Em "As palavras e as coisas" Foucault esclarece a natureza de um retorno do sujeito, especificamente em suas reflexões sobre o autor. Em "A arqueologia do saber", já chamava a atenção para a necessidade de compreender os textos no sistema de relações que estão inseridos. Relações que não se restringem à obra de um autor, mas a toda uma unidade discursiva constituída pelas práticas. Para ele:

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer as correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2002, p. 31).

O enunciado, entretanto, não se dissocia de seu local de produção, ao contrário, situa-se entre a língua, entendida como um sistema de regras e o corpus que enuncia o discurso.

As práticas discursivas relacionam-se com as não discursivas. Cabe ao arqueólogo verificar a intensidade dessa relação. Para tanto, o mesmo terá que investigar sobre o locutor: quem fala? Que regras estabelecem as condições de legitimidade de seu discurso? Foucault nos remete para a noção de autor, que "constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas" (FOUCAULT, 2001, p. 33). Pergunta Foucault: o que é um autor? O que significa seu nome? Apesar de alguns discursos prescindirem de autoria, como os processuais que procuram ocultar o autor, exercem uma ou várias funções: a de classificação, a de fornecer-lhe um certo estatuto, a de indicar a forma como ele deve ser recebido, entre outras.

A função de classificação é a que permite agrupar ou selecionar os textos sob nome de um autor. Esta função exerce dois papéis fundamentais bem evidentes, a primeira é a de permitir a

organização dos textos sob uma unidade, num processo de crítica literária e estilística que remete às práticas de exegese cristã dos textos bíblicos (São Jerônimo).

O outro papel é de o facilitar, ou mesmo induzir, uma relação entre os textos atribuídos a um mesmo autor. São estas relações de "homogeneidade, de filiação, de mútua autenticação, de explicação recíproca ou de utilização concomitante" (FOUCAULT, 2001, p. 34). O autor também fornece ao discurso um estatuto, indicando a forma com o qual deve ser recebido em uma dada comunidade de leitores ou receptores do mesmo.

Este estatuto do discurso varia enormemente de autor para autor, o que vale dizer de que está implícito no seu nome um lugar, um tempo, uma relação de autoridade ou de submissão para com outros discursos. Assim, um texto de um autor consagrado em dada sociedade é recebido de forma bem diferente do que um texto de um autor desconhecido. Desta feita, entende Foucault que o nome de um autor, mais do que indicar um corpo ou corpus, como a maioria dos nomes próprios, exerce funções que vão além dessa categoria de nome próprio.

Assim, Foucault ainda postula sua crítica à filosofia do sujeito, mas recupera o autor enquanto função que se exerce a partir das práticas discursivas e não discursivas. Corremos o risco constante de cairmos na proeminente ideia de que os autores são refúgios da individualidade, fenômenos únicos e vinculados a uma *psiqué* especial e desenraizada de um tempo e um lugar. Entendemos que as considerações de Michel Foucault a respeito do autor enquanto função são extremamente úteis para que não caiamos na tentação de cultivarmos uma filosofia do sujeito, com a proposta de criarmos heróis, lá onde existem relações sociais ou discursivas. Nestes termos, o retorno do sujeito não o é no sentido da filosofia clássica, da concepção cartesiana do sujeito, mas uma retomada em outras bases.

### **O retorno do sujeito: o caso da história da leitura**

Em "A história cultural: entre práticas e representações", Chartier pretendeu fornecer uma "resposta à insatisfação sentida frente à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida na sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial quantitativa" (CHARTIER, 1990, p. 13). Compreendia-se que "as mentalidades" evocavam sentidos trans-históricos e impessoais, incapazes de satisfazer a busca de sentido para a história. Para tanto, utilizando-se de teóricos como Norbert Elias e suas considerações acerca da sociologia do saber, Chartier evocou três conceitos que julgava serem norteadores em uma renovação da história cultural para além do binômio: série/mentalidade. Tratam-se dos conceitos de prática, de apropriação e representação.

Para Chartier, a história cultural tem por objeto principal "identificar como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p. 17). Seu ponto de partida é a ideia de que o que podemos apreender do passado, sob uma ótica da história cultural, são as representações que os sujeitos fizeram de si mesmos, de outrem e do mundo. Representações formuladas quase sempre pelos grupos sociais, na forma como estes quiseram colocar-se à leitura, ou quiseram que determinados contextos e sujeitos fossem compreendidos. Assim, "as representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam" (CHARTIER, 1990, p. 17).

Ora, entende-se que é no jogo conflituoso das forças sociais que as representações são construídas e que, longe de serem neutros, os discursos tendem a produzir, ou legitimar, as práticas sociais dos grupos. Ocorre que se estabelece no corpo social uma luta pelo poder simbólico onde os grupos tentam sobrepor a sua representação como a mais legítima e verdadeira, isto é, impor a sua autoridade em detrimento das demais<sup>1</sup>. Para Chartier, "as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (CHARTIER, 1990, p. 17). Recorrendo novamente à sociologia, desta vez a Marcel Mauss e Émile Durkheim e ao texto que pretende ser uma "Contribution à l'étude des représentations collectives", Chartier aposta que as representações são matrizes de práticas e discursos diferenciados<sup>2</sup>. Neste sentido, um terceiro conceito torna-se complementar ao de práticas e representações, trata-se do de apropriação.

Em "Textos, impressões, leituras" Chartier define com clareza o conceito de apropriação. Entendendo leitura como todo o ato de entrar em contato com textos ou objetos orais e utilizando-se das questões elaboradas pelo escritor espanhol Fernando de Rojas, conclui que muitos fatores contribuem para uma compreensão diferenciada dos variados leitores de um mesmo texto. Desde como ele é feito, do tipo de papel, de editoração, do tamanho do livro, da maneira como o texto é lido ou ouvido, depende-se uma interpretação do leitor ou grupos de leitores.

Dessa forma, "compreendidas em termos mais sociológicos do que fenomenológicos, a noção de apropriação torna possível avaliar as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção" (CHARTIER, 1992, p. 232-233). Chartier entende que a apropriação seja correspondente ao processo pelo qual um indivíduo, ou um grupo, produzem sentido a partir das leituras que realizam do mundo.

Na medida em que os grupos de leitores apropriam-se dos textos, é a partir das representações que atribuem significado ao mundo. Para Chartier, não há "prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelos quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles" (CHARTIER, 1991, p. 177). Assim, a partir do momento em que os indivíduos ou os grupos, dotados de uma determinada utensilagem mental, apropriam-se das representações com as quais convivem, dos textos, ou mesmo da própria realidade social, dão-lhes sentido e, por fim, as representam através de práticas individuais, familiares ou sociais, ou mesmo através de outros textos e formas de expressão. Enfim, para Chartier, assim como para Bourdieu, a cultura é formada por representações coletivas que, se não são exatamente "como o ar que se respira", que toda uma sociedade o respira, são compartilhadas e disputadas pelos grupos.

Chartier sugere que, se o objeto em questão para o historiador é o texto e o mesmo refere-se ao mundo do sujeito, entre estas duas esferas coloca-se como necessidade à pesquisa histórica uma teoria da leitura. É preciso compreender "a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo" (CHARTIER, 1992, p. 24).

Todavia, é preciso romper com determinadas posturas teóricas, que defendem a existência de um sujeito trans-histórico, universal e abstrato, ou seja, é necessário distanciar-se daqueles que

postulam uma teoria da recepção fundamentada numa imutabilidade semântica do texto, por um lado e em uma invariabilidade do leitor e das formas de ler, por outro.

Ao contrário, Chartier entende concordando com Ricoeur que "as modalidades do agir e do pensar, [...] devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas do poder" (CHARTIER, 1992, p. 25). Como diria Foucault com base em Nietzsche:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 1978, p. 22).

Podemos compreender, a partir daqui que as formas de ler e de se apropriar dos textos são relativas e variáveis às relações de poder que se travam entre os homens ou instituições e mudam de acordo com as épocas e lugares, não permitindo ao historiador, ou a qualquer teórico que seja, universalizar uma teoria da leitura válida para todos os casos em particular.

Portanto, e talvez seja este o grande desafio de uma história da leitura, não há uma relação transparente e evidente entre o texto e seu leitor. Dessa forma, trata-se de considerar o texto, com suas estruturas próprias e o leitor, igualmente dotado de singularidades, cruzando estas análises, procurando compreender o processo de apropriação e representação realizado. Em suma, para Chartier:

Considerar a leitura como um ato concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática de ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais (CHARTIER, 1992, p. 26).

### **A ambivalência do lugar**

Um "não-dito" se coloca no trabalho do historiador. A escrita da história e sua disciplina, a noção de autor, a noção de campo e a de representação, parecem apontar para um ponto em comum: o de que os sujeitos também sejam objetos. Ou seja, a forma como os historiadores estudam o passado é ela própria fundamental para a compreensão de sua produção. O historiador deve ser colocado na berlinda da crítica e ser também desconstruído, compreendido também como um ser histórico. Fica evidente que o pesquisador interfere no objeto, fazendo escolhas e produzindo documentos. Este processo só pode ser compreendido levando em consideração o lugar de sua produção (CERTEAU, 2002).

As instituições a que historiador se vincula, os financiamentos, os territórios simbólicos em questão, acompanhados do capital (simbólico ou econômico). Há também o nome do historiador que exerce uma função, bem como dos próprios autores que pesquisam. Transparece a necessidade de uma abordagem histórica do próprio historiador e o reconhecimento na pesquisa, da dupla ambivalência a do presente e a do passado.

Pensando em termos da ambivalência do lugar, o objeto possui suas limitações. Ao se pesquisar um autor, a noção de campo torna-se extremamente valiosa. Entendemos que é preciso identificar o campo no qual o autor se insere. Para em seguida procurar entender que regras são comuns ao campo e que procuram submeter o seu trabalho, a sua narrativa. Em seguida, entendemos que é preciso então procurar compreender as particularidades do autor e sua produção e em que medida respeita ou transgride as regras e se isto não o torna fundador de um novo campo, ou simplesmente tresloucado no campo próprio onde se insere.

Enfim, todos estes considerandos à pesquisa talvez pudessem ser sintetizados na ideia de retorno do sujeito em outros termos. O sujeito deixa de ser uno e torna-se múltiplo, no mínimo duplo, atrelado a práticas sociais e a regras próprias do seu discurso e de suas representações. Assim, os autores não podem ser estudados como heróis ou santos, imunes às contingências históricas próprias de seu tempo. Por outro lado, jamais podemos esquecer que nós próprios dirigimos nosso olhar ao passado pelas questões do tempo presente, motivados pelas nossas peculiaridades institucionais, moldados pelas regras mesmas de nosso campo.

### **Ciência e leitura como antídoto**

Considerando o lugar e a interlocução de Nietzsche, para ele, o pensamento científico-racional seria limitador e cerceador do pensar. Seguir as regras, seguir o método, disciplina, poderiam satisfazer o homem erudito, o culto, aquele da academia. Mas não o homem de ação, o que buscava um tônico para a vida e sua atividade. A leitura, nesse sentido, poderia ser um veneno ou um antídoto<sup>3</sup>. A forma erudita de ler tornava-se paralisante. Vejamos: "O erudito no fundo não faz senão revirar livros – o filólogo uns duzentos por dia, em cálculo modesto – acaba por perder totalmente a faculdade de pensar por si. Se não revira, não pensa" (NIETZSCHE, 1995, 47).

Ao contrário, em especial na sua autobiografia, a leitura possuía outros sentidos e significados. Em primeiro lugar, ler deveria ser uma atividade de promoção à saúde. Ler seria uma necessidade comparada à alimentação com vegetais e água; à escolha do clima e do lugar, da abstenção de álcool e café:

A leitura me distrai justamente de minha seriedade. Em períodos de profundo trabalho não se vê livro algum comigo: eu me previniria contra alguém que falasse ou mesmo pensasse em minha presença. Pois isso já seria ler (NIETZSCHE, 1995, p. 40).

Aqui o leitor Nietzsche procurava se distinguir dos leitores eruditos que necessitavam revirar livros para pensar. Se não reviravam, não pensavam. Para ele, de forma distinta, o pensamento não se coadunava com o sedentarismo e a leitura frenética da erudição. Advogava que seria necessário "ficar sentado o menor tempo possível; não dar crença ao pensamento não nascido ao ar livre. De movimentos livres – no qual também os músculos não festejem" (NIETZSCHE, 1995, p. 38).

Pensar/ler não seria uma atividade exclusivamente cerebral, racional ou espiritual, sobretudo corporal. Pensar/ler com todo o corpo, saudável e em movimento. A leitura só fazia sentido se estimulasse o pensamento e, por conseguinte a saúde corporal. Entendida como tônico ou remédio,

numa perspectiva trágico-farmacológica, leitura em excesso certamente seria prejudicial. Nietzsche defendeu uma leitura "intensiva" e corporal, estimulante para a vida, sinônimo de pensamento:

Quanto ao mais, tomo refúgio quase sempre nos mesmos livros, um número pequeno na verdade. (...) Não é talvez de minha natureza ler muitas e diferentes coisas: uma sala de leitura me faz doente (NIETZSCHE, 1995, p. 41).

De forma que a leitura serviria como um antídoto ao excesso de erudição e informações. Assim como a leitura de Richard Wagner e Arthur Schopenhauer teria lhe fornecido um estimulante e um antídoto ao excesso de história hegeliana marcantes na cultura alemã de sua época (NIETZSCHE, 1995, p. 41).

### **Mundo forjado (verdadeiro) e mundo aparente (realidade)**

Ao lado dessa perspectiva farmacológica de leitura, havia uma função filosófica para ela. Nietzsche se referia aos textos que lia intensivamente, mas também ao leitor de seus escritos. "O mundo verdadeiro e o mundo aparente são o mundo forjado e a realidade (NIETZSCHE, 1995, p. 18). Esta afirmação atacava frontalmente uma filosofia do sujeito e uma pretensão de verdade universal pelo racionalismo. Ao contrário a verdade seria forjada e a realidade pura aparência, fenômeno. A despeito da filosofia clássica da representação afirmar o contrário desde Platão.

Contra o idealismo filosófico que defendia a ideia de um sujeito de conhecimento racional e totalmente distinto do objeto, Nietzsche propôs um conhecimento a partir do sensível. A leitura, nesse sentido, mobilizaria o corpo que ama, que odeia e sente o texto. Não ler Pascal, mas o amar (NIETZSCHE, 1995, p. 41) E mais uma vez contra o racionalismo e o idealismo se posicionou:

Essas pequenas coisas – alimentação, lugar, clima, distração (leitura) (...) – são inconcebivelmente mais importantes do que tudo que até agora tomou-se como importante. Nisto exatamente é preciso começar a 'reaprender'. O que a humanidade até agora considerou seriamente não são sequer realidades, apenas construções; expresso com mais rigor, *mentiras* oriundas dos instintos ruins de naturezas doentes, nocivas no sentido mais profundo – todos os conceitos: "Deus", "alma", "virtude", "além", "verdade", "vida eterna" (NIETZSCHE, 1995, p. 50, grifo do autor).

Um leitor idealizado por Nietzsche seria aquele capaz de ler com todo o corpo, sentindo em cada frase. Ele não desejava ou mesmo esperava ser lido pelos "modernos". A frieza e objetividade desses não permitiriam uma leitura com as características corporais desejadas (NIETZSCHE, 1995, p. 52). Mesmo porque, "em última instância, ninguém pode escutar mais das coisas, livros incluídos, do que aquilo que já sabe. Não se tem ouvido para aquilo que não se tem experiência" (NIETZSCHE, 1995, p. 53). Não se trata de uma leitura como a dos eruditos, nem de uma leitura jornalística, mas de uma leitura intensa e tonificante para a vida.

Por último, se "Ecce Homo" é um livro estranho, que parece reclamar ou substituir uma atividade leitora, seja ela qualquer, de seus textos, por outro lado, Nietzsche apresentou a leitura como uma atividade fundamental e inerente ao pensamento, para a filosofia, para a saúde e para a vida. É uma atividade como antídoto ou estimulante.

## Notas

<sup>1</sup> Chartier deixa claro sua adesão a Bourdieu em seu trabalho, especialmente o de final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

<sup>2</sup> Confirma Durkheim (1903).

<sup>3</sup> Opostos como saúde e doença, verdadeiro e falso, vida e morte, ser e não ser, na visão trágica nietzscheana são complementares. Somente o louco pode traçar o limite entre a loucura e a lucidez.

## Referências

- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- \_\_\_\_\_. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 233-234.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DURKHEIM, E. & MAUSS, M. Sur quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. *Année Sociologique*, v. 6, p. 1-72, 1903.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- \_\_\_\_\_. O que é um autor. In: *Ditos e escritos III*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 264-298.
- JANZ, Curt Paul. *Friedrich Nietzsche: los diez años del filósofo errante*. Madrid: Alianza, 1985.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOCHODOLAK, Helio. *O jovem Nietzsche e a leitura*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.
- SOUZA, Paulo César. Posfácio. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 133-140.

Recebido em: abr. 2017.

Aceito em: jun. 2017.

---

*Hélio Sochodolak*: Doutor em História Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Professor no Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: sochodo@gmail.com